

APUBHUFMG+

BOLETIM ESPECIAL

ASSEMBLEIA FEVEREIRO DE 2022

Créditos: Luiz Rocha

REPOSIÇÃO SALARIAL JÁ!

Vivemos a pior recessão econômica já registrada na história do Brasil. Esta foi uma das conclusões do estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), encomendado pela Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, seção sindical do ANDES-SN, datado de janeiro deste ano. O pífio crescimento do Produto Interno Bruto anual, contando entre 2011 e 2020, foi de apenas 0,26%. O crescimento é inferior mesmo em relação à década de 1980, considerada uma “década perdida” no cenário econômico brasileiro, graças à inflação galopante no pós-ditadura militar, que foi de 1,57% anual contando entre 1981 e 1990.

Esta conjuntura deve ser levada em consideração para tratar sobre o tema da reposição salarial dos professores do ensino superior em nível federal. Este mesmo estudo do DIEESE, recuperou os dados de reposição salarial desde que foi editada a Lei nº 7.596 em 23 de julho de 1987, quando foi implantado o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, que instituiu a carreira dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O criterioso estudo elucidou que a última reposição salarial que gerou algum ganho real no salário do magistério superior foi em 2012. Este ganho, no entanto, foi consequência de um acordo que não contemplou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e as inúmeras universidades a ele filiadas, e que desestruturou a carreira docente, gerando níveis significativos e variados de perdas salariais. Em 7 de agosto, foi editada a Lei nº 12.702, que extinguiu a Gratificação Especial do Magistério Superior (GEMAS) e a incorporou ao vencimento básico. O último “reajuste”, concedido em 2016 e que teve sua última “parcela” incorporada em agosto de 2019, não acompanhou o aumento significativo da inflação. Em conjunto com o congelamento do auxílio alimentação, do auxílio de assistência pré-escolar, que se encontram no mesmo patamar de 2016 e aumento da alíquota previdenciária do servidor, que pode variar entre 14% e 22%, a depender do vencimento do servidor, a perda salarial da categoria se torna evidente.

No dia 27 de janeiro, foi promovida plenária dos servidores públicos federais, pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) e Fórum das Carreiras de Estado

(FONACATE), que contou com participação do ANDES e de representação do APUBHUFMG+. Nesta plenária, a exposição do consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos, Doutor em Ciências Sociais/Estudos Comparados (UnB) e Professor Colaborador da EBAPE/FGV, explicitou que de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), índice oficial da inflação, ente janeiro de 2019 e dezembro de 2021 houve uma perda salarial de 19,99% para o funcionalismo público federal. Se considerada desde janeiro de 2017, esta perda alcança o número de 28,15%.

Para o caso específico dos docentes em ensino superior, é necessário também explicitar o expressivo e criminoso desinvestimento na educação e na pesquisa. Se não bastasse, alerta-se sobre os subseqüentes cortes que vêm sendo aplicados no orçamento da União para 2022, sancionado no dia 24 de janeiro, em que a Educação foi a segunda pasta mais afetada, com cortes de R\$ 802,6 milhões. Caso não haja vetos a LOA, ao longo do ano, o CNPq perderá R\$ 859 mil; a FIOCRUZ, responsável direta por desenvolvimento de vacinas que salvaram e continuam salvando vidas, perderá R\$ 11 milhões; o investimento em ações de graduação, ensino, pesquisa e extensão, perderá R\$ 4,2 milhões.

Nesta conjuntura, a plenária nacional realizada no dia 27 de janeiro encaminhou um calendário de lutas pela recomposição salarial imediata de 19,99% para o funcionalismo público federal. Assim, de 14 a 25 de fevereiro acontecerão jornadas de mobilizações e lutas, durante as quais deverá ser aprovado **o Estado de Greve em preparação ao dia 09 de março, data de deflagração da greve nacional dos servidores**, que também cobrará a derrubada da PEC 32, Reforma Administrativa, e a revogação da EC 95, o teto de gastos imposto em 2016 e que vigorará por vinte anos. Nós, do APUBHUFMG+, realizaremos assembleia no dia **17/02/2022 (quinta-feira) às 11 horas tendo como pauta principal a discussão da Recomposição Salarial e a possível deflagração de Greve por parte de nossa categoria**. Professores e professoras, é extremamente importante a participação de todas e todos nesta assembleia. Conforme exposto aqui, a situação do funcionalismo público federal, em geral, e do professorado universitário, em específico, é de ausência de reposição salarial real, perda do poder de compra e de congelamento do salário indireto, tal qual auxílio alimentação e congelamento do valor de assistência pré-escolar. Isto, em conjunto com os subseqüentes desinvestimentos criminosos em educação são motivos mais que suficientes para que façamos o debate de deflagração da greve, a exemplo do já realizado por outras universidades federais que, inclusive já aprovaram a adesão à greve.



PARTICIPE! PARTICIPE! PARTICIPE!
JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

Créditos: André Oliveira

ENTIDADES DA EDUCAÇÃO DE MG DIVULGAM NOTA PÚBLICA EM DEFESA DO PASSAPORTE VACINAL

Desde 2020, vivemos o desolador cenário de pandemia de Covid-19. O Brasil soma quase 630 mil mortos e 25,6 milhões de infectados pelo vírus, sendo o segundo em número de mortos e o terceiro em número de infectados em todo o mundo. A situação brasileira chegou a este nível muito em função da necropolítica do governo Bolsonaro, que em momento algum se preocupou em tomar atitudes contundentes contra a proliferação do vírus e da doença. Porém, apesar das dificuldades impostas pelo governo federal, a maior parte da população brasileira procurou se vacinar assim que teve acesso às vacinas. Hoje, mais de 80% da população tomou ao menos uma dose da vacina e mais de 70% está com duas doses. Cerca de 30% da população tomou a terceira dose.

Porém, ainda que o cenário de vacinação seja animador, no fim do último ano o surgimento de uma nova variante do vírus da Covid-19, a Ômicron, fez com que houvesse um novo vertiginoso aumento de casos. Nas três últimas semanas, a média móvel de número de novos casos de infecção, vem quebrando recordes diariamente. O número de mortes, embora seja menor do que em outras ondas da covid-19 graças a vacinação da população, também está aumentando. No dia 02 de fevereiro, em Belo Horizonte, a ocupação de leitos de enfermaria estava em 84,8% e de leitos de UTI em 88,4%.

Com a curva de infecções em ascensão, uma saída possível e desejável para amenizar os riscos advindos da proliferação do vírus e também da gravidade da doença é a aplicação do chamado passaporte vacinal. O passaporte seria um documento, físico ou eletrônico, que serviria para comprovar que o indivíduo está vacinado e assim possa circular e entrar em lugares que possivelmente podem gerar aglomeração de pessoas. Este tipo de prevenção já está sendo adotada em vários países, como Israel, França, Itália, Reino Unido, Espanha, etc. Várias capitais de estados brasileiros também já fazem a exigência, como Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife e Florianópolis.

A medida é importante em diversos aspectos. Em primeiro lugar, pessoas vacinadas possuem menos sintomas da doença, como a tosse ou o espirro, o que ajuda a diminuir a transmissão da Covid-19. Pesquisa realizada por pesquisadores de Harvard e publicada no New England Journal of Medicine em dezembro do último ano demonstrou que os vacinados, em geral, transmitem o vírus por dois dias a menos em relação aos não vacinados.

Além disso, como a própria nova onda causada pela variante Ômicron está comprovando, as pessoas vacinadas têm menor propensão a desenvolver sintomas graves da doença, aliviando assim a lotação de hospitais durante a pandemia. E, finalmente, a limitação de acesso a espaços públicos terá função pedagógica para os não vacinados e terá como consequência o aumento das taxas de vacinação, tal qual ocorrido na França e de acordo com pesquisa realizada pelo Conselho de Análise Econômica divulgada no jornal Le Monde. O estudo também evidenciou que o passaporte vacinal evitou a morte de 4 mil pessoas na França e também um prejuízo de 6 bilhões de euros, entre julho e dezembro de 2021. Assim, o passaporte vacinal funciona como medida de responsabilidade social e política de saúde pública coletiva, além de prevenir que os não vacinados contraíam a doença com maior probabilidade de desenvolver sintomas mais severos e a morte, bem como funciona para diminuir a lotação de hospitais e a pressão por atendimento no sistema de saúde pública.

Em conjunto com a adoção do passaporte vacinal, é estritamente necessário que os órgãos competentes intensifiquem e promovam ampla campanha de conscientização sobre a importância da vacinação, inclusive do público infantil, se opondo, assim, à campanha de desinformação que frequentemente é colocada em prática pelo governo federal.

Por tudo isso, nós, das Entidades da Educação do estado de Minas Gerais, viemos através desta, solicitar à prefeitura de Belo Horizonte que adote a exigência de apresentação do passaporte vacinal para que a população possa circular em lugares de acesso público ou que tenham potencial de gerar aglomeração, incluindo-se, aí, as atividades nas escolas e universidades. Queremos retornar às nossas atividades presenciais o quanto antes, mas em total segurança. Para isso será necessário o esforço coletivo do poder público e de toda a sociedade civil.

ASSINAM ESTA NOTA:

ANPG – Associação Nacional de Pós Graduandos

APUBH – Sindicato dos professores de universidades federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco

CSP – Conlutas – Central Sindical e Popular Conlutas

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

DCE UFMG – Diretório Central dos Estudantes da UFMG Regional Leste do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES – SN

SINASEFE IFMG – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção Sindical IFMG

Sind-REDE/BH – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

SINDCEFET-MG – Seção Sindical dos Docentes do CEFET-MG

SINDIFES – Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino

SINPRO-MG – Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UCMG - União Colegial de Minas Gerais

UEE MG - União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

Professor(a), mantenha sempre atualizados os seus dados. Gentileza entrar em contato com a nossa secretaria (3441 72 11 / apubh@apubh.org.br) para informar alterações em endereço, números de telefone e e-mail.

Para receber, via whatsapp, informações atualizadas sobre as atividades do Sindicato, favor entrar em contato com a Comunicação do APUBH (31 98452 1713). Fiquem atentos: é necessário salvar este número em seus contatos para finalizar o processo de adesão à lista de transmissão das informações sobre as nossas atividades.

ACOMPANHE O NOSSO SITE E AS NOSSAS REDES SOCIAIS

www.apubh.org.br

   @APUBHUFMG SINDICATO  @APUBH

APUBH: Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco – APUBH
Rua Artur Itabirano, 70 – São José- Pampulha – Belo Horizonte/MG / Cep: 31275-020
E-mail: apubh@apubh.org.br
Fone: (31) 3441 7211

Expediente: Edição especial. Circulação gratuita. Fevereiro/2022 | Jornalista Responsável: Simone R. Melo / Jornalista – MTB 11455/MG Editores: Anderson Sousa, Felipe Malacco e Simone R. Melo | Artes e diagramação: Lara Marques Paiva | Contato: comunicacao@apubh.org.br